



Prefeitura Municipal de Jucurutu

Concurso Público
Edital nº 001/2016

Contador

Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
- 2 Este Caderno contém 40 questões de múltipla escolha, dispostas da seguinte maneira: **01 a 10** › Língua Portuguesa; **11 a 15** › Informática; **16 a 20** › Legislação; **21 a 40** › Conhecimentos Específicos.
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 A Comperve recomenda o uso de caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta preta.
- 7 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 8 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 9 Você dispõe de, no máximo, três horas para responder às questões e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de se retirar definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

Assinatura do Candidato: _____

O texto abaixo servirá de base para as questões desta prova.

Lembrar é essencial

Marcia Tiburi

O homem é o animal que lembra. Podemos dizer isso tendo em conta que não haveria, de um modo geral, a cultura sem o trabalho da memória. Definir o que é a memória, porém, não é fácil. Os cientistas tentam explicá-la afirmando seu funcionamento físico-químico em nível cerebral. Os historiadores criam suas condições gráficas por meio de documentos e provas. Definem, com isso, uma linguagem compreensível sobre o que ela seja: o que podemos chamar de “campo da memória”. Os artistas e escritores tentam invocar seus subterrâneos, aquilo que, mesmo sem sabermos, constitui nosso substrato imagético e simbólico. Mas o que é a memória para cada um de nós que, em tempos de excesso de informação, de estilhaçamento de sentidos, experimenta o fluxo competitivo do cotidiano, a rapidez da vida, como se ela não nos pertencesse? Como fazemos a experiência coletiva e individual da memória? É possível lembrar? Lembrar o quê? Devemos lembrar? Se esta pergunta é possível, a contrária também tem validade: haverá algo que devemos esquecer?

Para os antigos gregos, *Mnemósyne* era a “deusa da memória, a mãe das nove musas” que inspiravam os poetas, os músicos, os bailarinos. Seu simbolismo define que a memória precisa ser criada pelas artes. Numa civilização oral como foi a grega, nada mais compreensível do que uma divinização da memória. A memória é a mãe das artes, tanto quanto nelas se reproduz, por meio delas é que mantém sua existência. Por isso, ela presidia a poesia, permitindo ao poeta saber e dizer o que os humanos comuns não sabiam. Que a memória seja mãe das musas significa que a lembrança é a mãe da criatividade. Mas de que lembrança se está tratando?

Para além da mitologia, na filosofia, distinguem-se dois modos de rememoração: *Mneme*, espécie de arquivo disponível que se pode acessar a qualquer momento, e *Anamnese* ou a memória que está guardada em cada um e que pode ser recuperada com certo esforço. A primeira envolve um registro consciente, enquanto a segunda manifesta o que há de inconsciente na produção de nossas vidas, ou seja, o que nos constitui sem que tenhamos percebido que nos aconteceu, que se forjou por nossa própria obra.

A memória era a deusa que permitia a conexão com os mortos, com o que já foi, com o que poderia ter sido, com o que, para sempre, não mais nos pertence desde que, com ele, não partilhamos o tempo.

O atual modo de vida, pleno de elementos descartáveis, não privilegia a memória. O que se chama “consumismo” tem relação direta com o abandono e o descaso com a memória. Descarta-se tudo, de objetos de uso doméstico a amigos, de roupas a amores. O projeto ecologista da reciclagem é, de certo modo, um trabalho de memória. Na apressada vida urbana, vige a regra de que tudo passa, o encanto pertence apenas à novidade, tudo vira lixo instantaneamente. A fungibilidade, a capacidade de trocar, é universal. Se tudo o que existe deve ser descartado, significa que sua existência não faz muita diferença. Esquecer, assim, ou elevar o esquecimento a esta lei, é algo perverso.

Esse gesto tem, porém, uma estranha e maléfica compensação. Numa cultura em que esquecer é a lei, ressentir é inevitável. O ressentimento é a incapacidade de esquecer, impossibilidade de deixar de lado, de abandonar o verdadeiro lixo, ou, em outros termos, o passado com o que, nele, foi espúrio. Ressentimos porque não somos capazes de ver além, carregamos o sofrimento como gozo, ou seja, como o que, contraditoriamente, nos faz bem.

Por outro lado, o ressentimento é movido pela culpa de ter abandonado algo que, injustiçado, tempos depois, reclama sua volta. O ressentimento é um mal por ser fruto da culpa. A culpa, por sua vez, é como uma doença contagiosa da qual a humanidade inteira foi vítima, e ainda é, enquanto não aprende a compreender e aceitar suas próprias escolhas. A esta capacidade chama-se hoje responsabilidade. Mas, mesmo com a responsabilidade, é preciso

tomar cuidado para que ela não seja um mero disfarce da culpa que ainda não eliminamos. Responsabilidade só é possível quando há solidariedade. Quando nos responsabilizamos, não apenas por nossas vidas e atos, mas percebemos que somos apenas parte da vida e que muitas de nossas escolhas são coletivas.

Nietzsche, filósofo que morreu em 1900, dizia que a memória tinha vantagens e desvantagens na vida. É certo que quem quiser viver bem, quem almejar de algum modo ser feliz, deverá provar o equilíbrio entre lembrar e esquecer. Temos, neste momento, um problema de distinção: o que devemos esquecer, o que devemos lembrar? Na busca de um meio termo, mais vantajoso será guardar o que nos traz bons afetos ou alegria e descartar o que nos traz maus sentimentos, ou tristezas. Motivos para a infelicidade não faltam a quem quiser olhar para a história humana e a história pessoal. Mas, enquanto a memória histórica nos faz bem, pois nos mostra o que se passou para chegarmos até aqui, a memória pessoal faz o mesmo, mas ela só tem sentido se conectada à memória coletiva. Para poder buscar a alegria de viver, é preciso olhar para a frente, para o futuro, e reinventar a vida a cada dia. É essa invenção do presente que nos dará, no futuro, um passado do qual tenhamos prazer em lembrar. Viver do passado ou no passado só prejudica o presente no qual elaboramos o que será amanhã o passado.

Diante do trauma, da lembrança que ficou recalcada em substratos profundos de nossa inconsciência, que define o ser e o agir em sociedades inteiras, como o que foi vivido em catástrofes como a nazista, a do Vietnã, a da colonização e escravização no Brasil, e tantas que conhecemos nas vidas pessoais e familiares, esquecer torna-se um remédio contra o sofrimento. Mas esquecer não é apagar o que se viveu de modo abstrato, muitas vezes é justamente pela “rememoração” que nos lembramos. Por isso, contar histórias, fazer arte, ou seja, deixar-se levar pelas musas, continua sendo a melhor saída. A vida criativa é a única que evita o mau esquecimento e, por outro lado, a má lembrança que é o ressentimento.

Disponível em: <<http://www.marciatiburi.com.br/textos/lembrar.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2016. [Adaptado]

01. De acordo com o texto, a chave para se viver bem está relacionada

- A)** à habilidade de rememorar as lembranças associadas à história pessoal.
- B)** à capacidade de descartar as experiências insignificantes da vida social.
- C)** ao atingimento do balanço adequado entre a mneme e a anamnese.
- D)** ao estabelecimento de um meio-termo entre memória e esquecimento.

02. O primeiro parágrafo do texto objetiva

- A)** contextualizar o tema abordado no conjunto dos parágrafos, visto que, por tratar de questões existenciais, é fundamental o autor erigir dúvidas sobre o que pretende analisar.
- B)** situar o leitor na discussão, haja vista que, por abordar um tema filosófico, é imprescindível o autor apresentar perguntas retóricas como as formuladas no final do parágrafo.
- C)** situar o leitor na discussão, oferecendo as condições contextuais necessárias à adequada compreensão da intenção comunicativa dominante no conjunto dos parágrafos do texto.
- D)** contextualizar o tema abordado no conjunto dos parágrafos, sendo suficiente para a compreensão exata dos questionamentos formulados ao longo do texto.

03. O título

- A)** expõe uma contradição frente às opiniões apresentadas ao longo do texto.
- B)** revela um ponto de vista contrário às ideias defendidas ao longo do texto.
- C)** contém uma crítica implícita à temática discutida no texto.
- D)** expressa uma opinião atinente à temática abordada no texto.

04. No texto, verifica-se a presença de
- A) injunção e narração, sendo esta última caracterizada pela utilização de verbos no modo subjuntivo.
 - B) narração e argumentação, sendo esta última caracterizada pela utilização de verbos no modo imperativo.
 - C) descrição e injunção, sendo esta última caracterizada pela utilização de verbos no pretérito perfeito e no presente do indicativo.
 - D) argumentação e descrição, sendo esta última caracterizada pela utilização de verbos no pretérito imperfeito e no presente do indicativo.
05. Considerando o uso das vírgulas na oração “**A fungibilidade, a capacidade de trocar, é universal.**”, analise as afirmativas a seguir:

I	A segunda vírgula está em desacordo com as normas gramaticais, pois separa o sujeito de seu predicado.
II	As duas vírgulas são utilizadas, em acordo com a norma gramatical, para isolar um aposto explicativo.
III	A primeira vírgula é utilizada para separar itens de uma enumeração de termos de mesma função sintática.
IV	As duas vírgulas podem, sem prejuízo do sentido e das normas de pontuação, ser substituídas por travessões.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) I e III.
 - B) II e IV.
 - C) I e II.
 - D) III e IV.
06. No que se refere aos modos de citação do discurso alheio, há
- A) modalização em discurso segundo no nono parágrafo do texto.
 - B) citação direta no primeiro e no quinto parágrafos do texto.
 - C) citação indireta no sétimo parágrafo do texto.
 - D) ilha textual no segundo parágrafo do texto.

07. Leia o trecho a seguir:

Nietzsche, filósofo **que (1)** morreu em 1900, dizia **que (2)** a memória tinha vantagens e desvantagens na vida.

Os elementos linguísticos 1 e 2

- A) pertencem à mesma classe gramatical e introduzem, respectivamente, uma oração subordinada substantiva e uma oração subordinada adjetiva.
- B) pertencem à mesma classe gramatical, mas introduzem orações de função sintática distintas.
- C) pertencem a classes gramaticais distintas e introduzem, respectivamente, uma oração subordinada adjetiva e uma oração subordinada substantiva.
- D) pertencem a classes gramaticais distintas, mas introduzem orações de mesma função sintática.

As questões 08 e 09 referem-se ao trecho a seguir:

O **homem (1)** é o **animal (2)** que lembra. Podemos dizer **isso (3)** tendo em conta que não haveria, de um modo geral, a cultura sem o trabalho da memória. Definir o que é a memória, porém, não é fácil. Os cientistas tentam explicá-la afirmando seu funcionamento físico-químico em nível cerebral. Os historiadores criam suas condições gráficas por meio de documentos e provas.

08. No primeiro período do trecho, as palavras **1** e **2** destacadas estabelecem relação
- A) hiperonímica em que a segunda é a mais abrangente.
 - B) hiponímica em que a segunda é a mais específica.
 - C) sinonímica em que as duas palavras se equivalem.
 - D) antonímica em que as duas palavras se opõem.
09. O elemento linguístico **3** é
- A) anafórico e retoma informação presente no período anterior.
 - B) catafórico e antecipa informação presente no período seguinte.
 - C) anafórico e refere-se a “homem”.
 - D) catafórico e substitui “memória”.
10. O texto apresenta predominantemente
- A) um registro informal, tendo em vista a necessidade de promover uma aproximação com os leitores.
 - B) uma linguagem conotativa em função da natureza metafórica da temática discutida.
 - C) um registro formal, uma vez que é necessário obedecer à norma-padrão em qualquer contexto.
 - D) uma linguagem denotativa devido às especificidades do gênero discursivo em questão.

11. Com base em seus conhecimentos sobre o sistema operacional Windows 7, analise as afirmativas a seguir:

I	Ao clicar com o botão direito do mouse sobre um arquivo e, em seguida, na opção “propriedades”, é possível verificar atributos desse arquivo, como nome, tamanho, data de modificação e tipo de arquivo.
II	Os arquivos apresentam uma extensão ao final de seu nome. Essa extensão determina o tamanho máximo que o arquivo pode alcançar.
III	Para mover um arquivo de uma pasta para outra, basta selecioná-lo e pressionar a combinação das teclas Ctrl + X.
IV	Existem caracteres que não são permitidos na nomeação de arquivos.

Dentre as afirmativas, estão corretas

A) II e III.

B) I e II.

C) III e IV.

D) I e IV.

12. Marcelo possui uma loja em que são vendidos itens como camisetas, calças e sapatos. Querendo um maior controle sobre suas vendas, resolveu utilizar o Microsoft Excel 2007 para registrar o número de vendas efetuadas, colocando o número de itens vendidos em cada mês, ao longo do primeiro semestre do ano, como mostra a figura abaixo:

	A	B	C	D	E	F	G	H
1								
2								
3		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	
4	Camisetas	320	190	420	300	130	230	
5	Calças	130	110	70	120	140	70	
6	Sapatos	90	280	210	340	450	340	
7								
8								
9								

Marcelo gostaria de extrair as seguintes informações dessa tabela:

I	O número de camisetas vendidas no primeiro semestre.
II	A média aritmética do número de itens vendidos no mês de maio.
III	O número de calças vendidas no primeiro trimestre do ano.

Para conseguir essas informações, nessa ordem, Marcelo deverá utilizar os comandos:

A) =SOMA(B4:D6); =MÉDIA(E4:E6); =SOMA(B4:D4).

B) =SOMA(B4:G4); =MÉDIA(F4:F6); =SOMA(B5:D5).

C) =SOMA(C4:C6); =MÉDIA(G3:G5); =SOMA(C4:E4).

D) =SOMA(C4:G4); =MÉDIA(B3:B5); =SOMA(C5:E5).

13. A imagem a seguir mostra o acesso ao sítio da prefeitura de Jucurutu realizado no navegador Mozilla Firefox, versão 46.0.1.



Com base na imagem e em seus conhecimentos sobre o navegador web Mozilla Firefox, analise as seguintes afirmativas:

I	Ao clicar no item indicado pela seta 2, o Mozilla Firefox busca por atualizações de software e as instala caso existam.
II	Ao clicar no item indicado pela seta 4, o navegador carrega a página que está configurada como <i>Home</i> (página inicial de navegação).
III	No campo indicado pela seta 1, é possível digitar o endereço de um site que se deseja acessar.
IV	Ao clicar no item indicado pela seta 3, realiza-se o download da página.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) II e III.
- B) II e IV.
- C) I e III.
- D) I e IV.

14. O Mozilla ThunderBird é um programa de correio eletrônico para envio e recebimento de emails e fica instalado no computador a fim de que o usuário não precise acessar uma página da web para visualizar seu email, oferecendo vantagens como a sincronização das mensagens.

Sobre esse programa, é correto afirmar:

- A) Permite a utilização de apenas uma conta de e-mail.
- B) A visualização dos e-mails é possível apenas se o usuário estiver conectado à internet.
- C) Permite a criação de tarefas com agendamento.
- D) O atalho utilizado para realizar uma busca é a combinação das teclas Ctrl + S.

15. Pragas virtuais são softwares maliciosos que têm como objetivo prejudicar o usuário realizando ações indesejadas. Acerca desse tema, considere os conceitos a seguir:

I	Programa que recolhe informações do usuário de forma ilícita e as envia para terceiros.
II	Programa que consegue se replicar automaticamente sem a necessidade de infectar outros arquivos, apenas executando suas próprias cópias.
III	Programa que infecta outros arquivos e programas e se propaga dependendo da execução destes.

Considerando seus conhecimentos sobre pragas virtuais, os itens I, II e III explicitam, **respectivamente**, os conceitos de

- A) spyware, worm e vírus.
- B) vírus, worm e spyware.
- C) spyware, vírus e worm.
- D) vírus, spyware e worm.

- 16.** De acordo com as disposições da Lei Complementar nº 4/2006, reversão é o retorno à atividade de funcionário aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

Nos termos dessa lei, poderá reverter o aposentado com idade até

- A)** quarenta e oito anos. **C)** cinquenta anos incompletos.
B) cinquenta e cinco anos. **D)** sessenta anos incompletos.

- 17.** Segundo dispõe o regime jurídico único dos servidores públicos do Município de Jucurutu (Lei Complementar nº 4/2006), as diárias integram um rol de vantagens que poderão ser pagas ao funcionário.

De acordo com essa lei, os percentuais de diárias serão estabelecidos por

- A)** Portaria da Secretaria de Administração.
B) Decreto do Prefeito.
C) Lei Municipal.
D) Ofício Circular da Secretaria de Planejamento.

- 18.** Considerando as normas expressas no regime jurídico único dos servidores públicos do Município de Jucurutu (Lei Complementar nº 4/2006), analise as afirmativas a seguir:

I	A posse ocorrerá no prazo de trinta dias, contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais trinta dias, a requerimento do interessado.
II	A readaptação será efetivada em cargo de carreira de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.
III	Haverá posse nos casos de provimento por nomeação, reversão e reintegração.
IV	A gratificação de Natal corresponderá a um mês de salário mensal, equivalente ao que for recebido em novembro do ano correspondente.

Das afirmativas, estão corretas

- A)** I e II. **B)** II e III. **C)** I e III. **D)** II e IV.

- 19.** À luz das disposições previstas no regime jurídico único dos servidores públicos do Município de Jucurutu (Lei Complementar nº 4/2006), a licença para tratar de interesses particulares poderá ser concedida

- A)** pelo prazo de até quatro anos.
B) com remuneração.
C) ao funcionário ocupante de cargo em comissão.
D) a critério da Administração.

- 20.** De acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 4/2006, poderá o funcionário, sem qualquer prejuízo, ausentar-se do serviço para doação de sangue, por

- A)** meio dia. **C)** sete dias.
B) um dia. **D)** oito dias.

21. A Contabilidade é regida por princípios estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que foi criado em 27 de maio de 1946, por meio do Decreto-lei nº. 9.295. Ao longo desses 70 anos, esses princípios sofreram alterações em sua nomenclatura. Assim, as três denominações que eles receberam, da mais antiga para a atual, são:
- A)** Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos; Princípios Fundamentais de Contabilidade e Princípios de Contabilidade.
- B)** Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos; Princípios de Contabilidade e Princípios Fundamentais de Contabilidade.
- C)** Princípios de Contabilidade; Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos e Princípios Fundamentais de Contabilidade.
- D)** Princípios Fundamentais de Contabilidade; Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos e Princípios de Contabilidade.
22. O Código de Ética Profissional do Contador tem por objetivo fixar a forma pela qual os Profissionais da Contabilidade devem se conduzir, em relação ao exercício profissional e aos assuntos referentes à profissão e à classe. Considere as afirmações a seguir, acerca dos deveres e das proibições estabelecidos por esse Código.

I	É dever do contador, exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial, os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os interesses de seus clientes e empregados, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais.
II	É dever do contador renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou do empregador, a quem deverá notificar, com sessenta dias de antecedência, zelando, contudo, para que os interesses destes não sejam prejudicados e evitando declarações públicas sobre os motivos da renúncia.
III	O contador, se substituído em suas funções, deve informar ao substituto sobre fatos que devam chegar ao conhecimento deste, a fim de habilitá-lo para o bom desempenho das funções a serem exercidas.
IV	Ao contador é vedado, no desempenho de suas funções, assinar documentos ou peças contábeis elaborados por outrem, alheios à sua orientação, supervisão e fiscalização.

À luz do Código de Ética Profissional do Contador, estão corretas as afirmações:

- A)** I e III. **B)** I e II. **C)** III e IV. **D)** II e IV.
23. Antônio, proprietário de uma panificadora localizada no município de Jucurutu, recebeu, em 20 de janeiro, o carnê para pagamento do IPTU, referente ao prédio onde está instalada sua panificadora. O imposto anual cobrado foi de R\$ 1.200,00, podendo ser pago em 8 parcelas mensais de R\$ 150,00 ou com desconto de 10% para pagamento em parcela única, até o dia 31 de janeiro. Como Antônio optou pela parcela única, efetuou o pagamento em 31 de janeiro. Para contabilizar os fatos relacionados ao IPTU, os registros contábeis em janeiro que o contador da panificadora deve efetuar são:
- A)** D – Despesas administrativas (IPTU)
C – Disponibilidades
- B)** D – Despesas antecipadas (IPTU)
D – Despesas administrativas (IPTU)
C – Disponibilidades
- C)** D – Despesas antecipadas (IPTU)
C – Disponibilidades
- D)** D – Despesas antecipadas (IPTU)
C – IPTU a pagar
C – Disponibilidades

24. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal ou, simplesmente, LRF, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Nela, encontra-se a definição de receita corrente líquida (RCL). Considere as afirmações a seguir sobre a RCL.

I	A RCL é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.
II	Para o cálculo da RCL da União, são incluídos os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal.
III	A RCL é o somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e de capital.
IV	Tanto a União quanto os Estados e Municípios excluem a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência, para o cálculo da RCL.

Analisando as afirmativas apresentadas, com base na LRF, verifica-se que estão corretas

- A) I e II.** **B) I e IV.** **C) II e III.** **D) III e IV.**

25. Ao estabelecer os limites de gastos com pessoal, a LRF também prevê vedações para o Poder ou Órgão que exceder esses limites, como, por exemplo, a criação de cargo, de emprego ou de função. Essas vedações ocorrerão sempre que o Poder ou Órgão exceder em

- A) 95% o limite máximo de gastos com pessoal.**
B) 100% o limite máximo de gastos com pessoal.
C) 90% o limite máximo de gastos com pessoal.
D) 97,5% o limite máximo de gastos com pessoal.

26. Créditos Adicionais são autorizações para despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual, visando atender insuficiência de recursos alocados nos orçamentos ou a situações imprevisíveis. São modalidades de créditos adicionais:

- A) complementares e extraordinários.**
B) suplementares e especiais.
C) suplementares e excepcionais.
D) complementares e excepcionais.

27. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro, estando a sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes, com base na legislação vigente. Considere as afirmações a seguir, sobre Restos a Pagar.

I	Quando o pagamento deixa de ser efetuado no próprio exercício, procede-se, então, à inscrição em Restos a Pagar. Na inscrição, os Restos a Pagar (RP) são classificados em: RP Processados, RP Não Processados em liquidação e RP Não Processados a liquidar.
II	A inscrição das despesas em Restos a Pagar é efetuada no início do exercício seguinte ao da emissão da respectiva Nota de Empenho, desde que a despesa tenha sido liquidada, com base na conclusão da análise técnica do objeto pactuado, em conformidade com a documentação que suportou o instrumento.
III	As Notas de Empenho não indicadas pelo ordenador de despesa ou pela pessoa legalmente designada para fazer a inscrição em "Restos a Pagar Não Processados a Liquidar" serão anuladas, automaticamente, com base no saldo da conta "Empenhos a Liquidar", após ocorrer o registro das Notas de Empenho indicadas.
IV	As despesas que estão nos estágios de empenho ou de liquidação, relativas a transferências, poderão ser inscritas em Restos a Pagar, quando o convênio ou o instrumento congênere estiver fora do prazo de vigência, mas existir a garantia da liberação dos recursos financeiros por parte da concedente.

Analisando as afirmativas apresentadas, verifica-se que estão corretas

- A) I e II.** **C) I e III.**
B) II e IV. **D) III e IV.**

28. O orçamento é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período. Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas. Leia as afirmações a seguir sobre as receitas públicas.

I	Para fins fiscais, quanto ao impacto na situação líquida patrimonial, a receita pode ser “efetiva” ou “não-efetiva”: a. Receita Orçamentária Efetiva é aquela que, no momento do reconhecimento do crédito, aumenta a situação líquida patrimonial da entidade. b. Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela que não altera a situação líquida patrimonial no momento do reconhecimento do crédito.
II	As receitas públicas são registradas como receitas orçamentárias quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, ou como ingressos extraorçamentários quando representam apenas entradas compensatórias.
III	A doutrina classifica as receitas públicas quanto à procedência, em Originárias e Derivadas. Essa classificação é de uso acadêmico e não é normatizada; portanto, não é utilizada como classificador oficial da receita pelo Poder Público.
IV	As receitas extraorçamentárias são classificadas segundo a Natureza, a Fonte/Destinação de Recursos e o Indicador de Resultado Líquido.

Analisando as afirmativas apresentadas, verifica-se que estão corretas

- A) I e III.
- B) II e IV.
- C) II e III.
- D) I e IV.

29. A despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e a manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. Os dispêndios, assim como os ingressos, são tipificados em orçamentários e extraorçamentários. Em uma de suas classificações, as despesas públicas são agrupadas em despesas correntes e despesas de capital. Essa classificação é realizada por

- A) definição institucional.
- B) estrutura programática.
- C) divisão funcional.
- D) categoria econômica.

Com base na figura a seguir, responda às questões 30, 31 e 32.

b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Linhas	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Critérios (Informação Complementar da Conta Contábil)	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo
			Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
			Critérios (contas contábeis)					
			5.3.1.2.0.00.00 + 5.3.1.3.0.00.00 + 5.3.1.6.0.00.00 (-) 6.3.1.6.0.00.00	5.3.1.1.0.00.00	6.3.1.3.0.00.00 + 6.3.1.4.0.00.00	6.3.1.4.0.00.00	6.3.1.9.0.00.00	
L1	Despesas Correntes	(L2+ L3+ L4)						
L2	Pessoal E Encargos Sociais	ND: 3.1.00.00	1.325.000,00	1.020.000,00	110.000,00	540.000,00	200.000,00	
L3	Juros E Encargos Da Dívida	ND: 3.2.00.00						
L4	Outras Despesas Correntes	ND: 3.3.00.00						
L5	Despesas De Capital	(L6+ L7+ L8)						
L6	Investimentos	ND: 4.4.00.00						
L7	Inversões Financeiras	ND: 4.5.00.00						
L8	Amortização Da Dívida	ND: 4.6.00.00						
L9	TOTAL	(L1+ L5)						

30. A figura representa um recorte de uma Demonstração Contábil, no qual está apresentado o Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados, que, nessa demonstração, situa-se abaixo do Quadro Principal. Essa figura refere-se
- A) ao Balanço Orçamentário.
 - B) ao Balanço Financeiro.
 - C) à Demonstração das Variações Patrimoniais.
 - D) à Demonstração de Receitas e Despesas.
31. Dentre as despesas apresentadas na figura, estão as Despesas Correntes com Pessoal e com Encargos Sociais, cujos valores estão listados na linha L2. O saldo calculado, a partir dos valores apresentados, que deve figurar na última coluna dessa linha, é de
- A) R\$ 3.195.000,00.
 - B) R\$ 2.795.000,00.
 - C) R\$ 1.605.000,00.
 - D) R\$ 1.495.000,00.
32. Na Coluna (a) são apresentados os Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores. Esse valor compreende todos os restos a pagar não processados, referentes aos exercícios anteriores,
- A) inclusive os relativos ao exercício imediatamente anterior, que foram cancelados, porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.
 - B) exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados, porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.
 - C) exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram empenhados, porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.
 - D) inclusive os relativos ao exercício imediatamente anterior, que foram empenhados, porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.
33. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Essa demonstração, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, pode ser elaborada de acordo com os modelos
- A) de resultado e de resultado abrangente.
 - B) de caixa e de competência.
 - C) individual e consolidado.
 - D) sintético e analítico.
34. A Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Fundamentalmente, a licitação destina-se a garantir a observância de um princípio constitucional, que é o da
- A) igualdade.
 - B) isonomia.
 - C) legalidade.
 - D) simetria.

35. Conforme determina a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, a sequência a ser obedecida pelas licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços é:
- A) levantamento topográfico; definição do objeto licitado e contratação.
 - B) apresentação e julgamento das propostas; contratação e execução das obras e serviços.
 - C) projeto básico; projeto executivo e execução das obras e serviços.
 - D) escopo de abrangência; estudo de avaliação de impacto e definição de objeto licitado.

As questões de 36 a 40 devem ser respondidas com base nas Demonstrações Contábeis da Prefeitura de Bragança Paulista, que estão em anexo.

36. Analisando a situação financeira do Município de Bragança Paulista, verifica-se que ocorreu
- A) superávit financeiro nos anos de 2015 e 2014, sendo o maior em 2015.
 - B) déficit financeiro em 2015 e superávit financeiro em 2014.
 - C) déficit financeiro nos anos de 2015 e 2014, sendo o maior em 2014.
 - D) déficit financeiro em 2014 e superávit financeiro em 2015.
37. No período de 2014 a 2015, os passivos que independem de autorização orçamentária para sua realização
- A) diminuíram, aproximadamente, 38%.
 - B) aumentaram, aproximadamente, 38%.
 - C) aumentaram, aproximadamente, 1.910%.
 - D) diminuíram, aproximadamente, 1.910% .
38. O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício que, no caso do Município de Bragança Paulista, foi
- A) negativo nos anos de 2014 e 2015.
 - B) positivo nos anos de 2014 e 2015.
 - C) positivo no ano de 2014 e negativo no ano de 2015.
 - D) negativo no ano de 2014 e positivo no ano de 2015.
39. No Município de Bragança Paulista, de acordo com sua origem, entre os anos de 2014 e 2015, as receitas orçamentárias, cuja aplicação dos recursos é definida em lei,
- A) cresceram cerca de 7,37%.
 - B) reduziram-se em cerca de 4,35%.
 - C) cresceram cerca de 4,35%
 - D) reduziram-se em cerca de 7,37%.
40. Do ano de 2014 para o ano de 2015, o resultado patrimonial obtido pela gestão do Município de Bragança Paulista
- A) aumentou cerca de 230%.
 - B) sofreu uma redução de cerca de 30%.
 - C) sofreu uma redução de mais de 230%.
 - D) aumentou cerca de 30%.



Prefeitura do Município de Bragança Paulista

Anexo 14 - Lei 4.320/64

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2015 - CONSOLIDADO

(Em R\$)

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2015	2014	TÍTULOS	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	39.509.115,97	88.073.652,91	PASSIVO CIRCULANTE	55.526.453,69	21.847.263,68
Caixa e Equivalentes de Caixa	32.645.921,80	43.612.098,88	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	31.369.400,67	5.656.506,47
Créditos a Curto Prazo			Pessoal a Pagar	26.013.002,70	1.693.284,80
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.653.272,90	10.198.079,41	Benefícios Previdenciários a Pagar	322.669,77	0,00
Outros Créditos e Valores a Curto Prazo	2.653.272,90	10.198.079,41	Encargos Sociais a Pagar	5.033.728,20	3.963.221,67
Estoques	4.209.921,27	34.263.474,62	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	21.796.805,23	15.265.432,42
			Demais Obrigações a Curto Prazo	2.360.247,79	925.324,79
ATIVO NÃO CIRCULANTE	345.329.200,49	320.733.788,26	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	226.944,00	322.957,89
Ativo Realizável a Longo Prazo	179.774.680,46	170.888.802,85	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	179.717.552,38	170.831.674,77	Pessoal a Pagar	0,00	0,00
Divida Ativa Tributária	165.690.618,52	161.255.197,89	Demais Obrigações a Longo Prazo	226.944,00	322.957,89
Divida Ativa não Tributária	14.026.933,86	9.576.476,88			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	57.128,08	57.128,08	TOTAL DO PASSIVO	55.753.397,69	22.170.221,57
Títulos e Valores Mobiliários	57.128,08	57.128,08			
Imobilizado	165.554.520,03	149.844.985,41	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Bens Móveis	64.914.891,36	59.361.437,21	Patrimônio Social e Capital Social	2.616.889,46	2.616.889,46
Bens Imóveis	100.878.702,80	90.490.594,14	Resultados Acumulados	326.468.029,31	384.020.330,14
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	- 239.074,13	- 7.045,94	Resultado do Exercício	- 27.875.170,37	20.770.833,76
			Resultado de Exercícios Anteriores	310.471.958,96	289.701.011,70
			Ajustes de Exercícios Anteriores	43.871.240,72	73.548.484,68
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	329.084.918,77	386.637.219,60
TOTAL	384.838.316,46	408.807.441,17	TOTAL	384.838.316,46	408.807.441,17

Fl. 01/04

ATIVO FINANCEIRO	35.299.194,70	53.810.178,29	PASSIVO FINANCEIRO	48.236.408,89	34.956.331,58
ATIVO PERMANENTE	349.539.121,76	354.997.262,88	PASSIVO PERMANENTE	16.496.023,44	820.415,63
SALDO PATRIMONIAL				320.105.884,13	373.030.693,96

COMPENSAÇÕES

(Em R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Recebidas	555.000,00	3.236.929,26	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00	Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	58.487,50	58.487,50
Direitos Contratuais	0,00	0,00	Obrigações Contratuais	223.532.721,68	170.693.146,08
Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00

Fl. 02/04

Mônica Lattanzi Fagundes de Jesus
CRC 1SP266202/O-0

Andréa Figueira Barreto Vilas Boas
Secretária Municipal de Finanças

Fernão Dias da Silva Leme
Prefeito Municipal



Prefeitura do Município de Bragança Paulista

Estado de São Paulo

Balço Financeiro

Referencia: Até 14º Encerramento Final

RECEITA			DESPESA		
TÍTULO	Exerc. Atual	Exerc. Anter.	TÍTULO	Exerc. Atual	Exerc. Anter.
RECEITA ORÇAMENTARIA	400.643.041,15	375.478.105,99	DESPESA ORÇAMENTARIA	413.542.342,08	369.744.229,30
Ordinária	313.381.543,46	291.857.795,32	Ordinária	139.210.002,22	129.062.346,98
Vinculada	87.261.497,69	83.620.310,67	Vinculada	274.332.339,86	240.681.882,32
Alienação de Bens	0,00	0,00	Alienação de Bens	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	86.606,08	22.174,00	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	87.426,72	208,60
Educação	72.338.477,64	66.489.733,30	Educação	132.275.668,35	108.945.432,63
Saúde	31.853.400,08	33.765.636,25	Saúde	114.878.088,75	122.693.415,47
Trânsito	5.218.014,30	3.719.927,06	Trânsito	8.259.360,76	4.393.715,85
Assistência Social	2.470.969,01	1.944.238,25	Assistência Social	12.568.281,70	2.414.162,83
Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00	Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00
Convênio com Recursos Ordinários	8.949.238,95	10.527.735,32	Convênio com Recursos Ordinários	6.263.513,58	2.234.946,94
(-) Deduções da Receita Orçamentária	33.655.208,37	32.849.133,51			
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.693.106,06	2.982.673,67	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	14.700.000,00	14.000.000,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	184.884.511,48	186.136.778,73	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	170.895.102,98	192.002.681,88
RESTOS A PAGAR	40.802.868,80	27.207.995,40	RESTOS A PAGAR	28.432.775,33	31.950.095,36
Inscritos no período	40.802.868,80	27.207.995,40	Liquidados no período	28.432.775,33	31.950.095,36
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	0,00	SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	0,00
Inscritos no período	0,00	0,00	Liquidados no período	0,00	0,00
DEPÓSITOS	36.486.600,90	56.774.406,98	DEPÓSITOS	34.830.829,66	57.890.138,89
Recebidos no período	36.486.600,90	56.774.406,98	Restituições no período	34.830.829,66	57.890.138,89
OUTRAS MOVIMENTAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTARIAS	107.595.041,78	102.154.376,35	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTARIAS	107.631.497,99	102.162.447,63
Conforme Anexo 13-A	107.595.041,78	102.154.376,35	Conforme Anexo 13-A	107.631.497,99	102.162.447,63
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	42.291.236,61	53.440.589,40	SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO SEQUINTE	31.374.450,24	42.291.236,61
DISPONÍVEL	42.291.236,61	53.440.589,40	DISPONÍVEL	31.374.450,24	42.291.236,61
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	42.291.236,61	53.440.589,40	DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	31.374.450,24	42.291.236,61
Caixa	47.015,39	20.637,29	Caixa	52.560,61	47.015,39
Bancos c/ Movimento	572.764,29	52.801.445,36	Bancos c/ Movimento	15.227,65	572.764,29
Aplicações Financeiras	41.671.456,93	618.506,75	Aplicações Financeiras	31.306.661,98	41.671.456,93
Aplicações Financeiras - RPPS	0,00	0,00	Aplicações Financeiras - RPPS	0,00	0,00
TOTAL	630.511.895,30	618.038.147,79	TOTAL	630.511.895,30	618.038.147,79



Prefeitura do Município de Bragança Paulista

Anexo 15 - Lei 4.320/64

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EM 31/12/2015 - CONSOLIDADO

(Em R\$)

TÍTULOS	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	
	2015	2014	2015	2014
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	165.586.761,53	123.432.875,46	230.290.938,77	177.293.914,95
Impostos	149.336.645,87	112.192.351,94	180.948.670,67	135.643.095,86
Taxas	16.250.115,66	11.240.523,62	40.877.085,65	38.231.867,35
Contribuições de Melhoria	-	-	7.343.994,51	2.272.288,80
Contribuições	565.094,58	426.497,97	-	-
Contribuições Sociais	565.094,58	426.497,97	1.121.187,94	1.116.662,94
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	8.020.547,60	7.387.085,11
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	5.216.109,48	4.754.509,88
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-	2.804.438,12	2.632.575,23
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	446.625,80	298.316,61	-	-
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	446.625,80	298.316,61	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	11.963.163,33	4.736.250,39	189.271.517,55	170.636.543,29
Juros e Encargos de Emprést. e Financ. Concedidos	-	-	24.281.892,66	17.920.676,45
Juros e Encargos de Mora	8.275.454,32	687.303,78	164.777.596,70	152.708.820,90
Descontos Financeiros Oditos	-	-	232.028,19	7.045,94
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplic. Financeiras	3.687.709,01	4.048.946,61	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	-	-	1.704.108,00	825.019,67
Transferências e Delegações Recebidas	239.702.586,99	233.019.313,39	-	-
Transferências Intra Governamentais	-	-	-	-
Transferências Inter Governamentais	239.466.719,54	233.019.313,39	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	228.064,29	-	1.704.108,00	825.019,67
Transferências do Exterior	-	-	1.230.863,45	8.738.357,95
Execução Orgamentária Delegada	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	7.803,16	-	-	-
Valorização e Ganhos com Ativos	7.120,21	113.058,66	-	-
Reavaliação de Ativos	217,50	2.405,00	34.578.148,47	4.763.490,86
Ganhos com Incom. de Ativos por Descobertas e Nasc.	-	110.653,66	34.578.148,47	4.763.490,86
Ganhos com desincorporação de Passivos	6.902,71	-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	28.164.361,39	33.159.893,97	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	378.985,48	129.221,00	9.470.749,41	3.570.000,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	27.785.375,91	33.030.672,97	-	-
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas	446.435.713,83	395.186.206,45	474.566.873,25	374.128.606,04
TÍTULOS				
Personal e Encargos			230.290.938,77	177.293.914,95
Remuneração de Pessoal			180.948.670,67	135.643.095,86
Encargos Patronais			40.877.085,65	38.231.867,35
Benefícios a Pessoal			7.343.994,51	2.272.288,80
Custo de Pessoa e Encargos			-	-
Outras Variações Patr. Diminutivas - Pessoal e Encargos			1.121.187,94	1.116.662,94
Benefícios Previdenciários e Assistenciais			8.020.547,60	7.387.085,11
Aposentadorias e Reformas			5.216.109,48	4.754.509,88
Parófos			2.804.438,12	2.632.575,23
Benefícios de Prestação Continuada			-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais			-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais			189.271.517,55	170.636.543,29
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo			24.281.892,66	17.920.676,45
Uso de Material de Consumo			164.777.596,70	152.708.820,90
Serviços			232.028,19	7.045,94
Depreciação, Amortização e Exaustação			-	-
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo			1.704.108,00	825.019,67
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			1.704.108,00	825.019,67
Juros e Encargos de Emprést. e Financ. Oditos			-	-
Juros e Encargos de Mora			-	-
Variações Monetárias e Cambiais			-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras			1.704.108,00	825.019,67
Transferências e Delegações Concedidas			1.230.863,45	8.738.357,95
Transferências Intra Governamentais			-	-
Transferências Inter Governamentais			1.230.863,45	8.738.357,95
Transferências a Instituições Privadas			-	-
Transferências ao Exterior			-	-
Desvalorização e Perdas de Ativos			34.578.148,47	4.763.490,86
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas			34.578.148,47	4.763.490,86
Perdas Involuntárias			-	-
Tributárias			-	3.570.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			-	-
Contribuições			-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas			9.470.749,41	3.570.000,00
Premiações			39.568,00	118.325,00
VPD de Constituição de Provisões			197.798,05	291.173,89
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas			9.233.383,36	534.636,32
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas			474.566.873,25	374.128.606,04
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	446.435.713,83	395.186.206,45	-28.131.159,42	21.057.600,41

